

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
Esclarecimentos iniciais .....	1
Algumas considerações sobre o corte temático do presente livro .....	4
A questão terminológica: direitos humanos <i>versus</i> direitos fundamentais.....	10
Da organização dos capítulos.....	12
<b>1 A Responsabilidade dos Estados e das Empresas em Relação aos Direitos Humanos .....</b>	<b>15</b>
1.1 A afirmação histórica dos direitos humanos e o sistema internacional: a responsabilidade dos estados em respeitar, proteger e promover os direitos humanos.....	17
1.1.1 Sistema global .....	25
1.1.1.1 Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC .....	27
1.1.1.2 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW .....	31
1.1.1.3 Convenção sobre os Direitos da Criança - CRC.....	35
1.1.2 Sistemas regionais .....	39
1.1.2.1 Convenção Europeia dos Direitos Humanos - CEDH....	40
1.1.2.2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos - CADH ....	42
1.1.2.3 Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos - CADHP .....	47

1.2 A responsabilidade das empresas em respeitar os direitos humanos: atores não-estatais e os direitos humanos.....	51
1.2.1 Os direitos fundamentais nas relações privadas no âmbito da jurisdição doméstica dos países .....	54
1.2.2 A evolução dos mecanismos de proteção dos direitos humanos nas relações privadas na esfera internacional .....	56
1.2.2.1 Global Compact .....	58
1.2.2.2 Norms on the Responsibilities of Transnational Corporations and Other Business Enterprises with Regard to Human Rights .....	64
1.2.2.3 Guiding Principles on Business and Human Rights – Guiding Principles.....	67
1.2.2.4 Alguns comentários sobre os possíveis caminhos da regulação das relações entre as empresas e os direitos humanos: entre a hard law e a soft law .....	80
<b>2 (Re)Contextualizando a Relação entre Tributação e Direitos Humanos .....</b>	<b>93</b>
2.1. A relação entre o direito tributário e os direitos humanos para além dos direitos fundamentais dos contribuintes e dos limites ao poder de tributar .....	93
2.2. A função arrecadatória dos tributos e sua essencialidade para o financiamento dos direitos fundamentais: estado fiscal, os custos dos direitos e o dever fundamental de pagar tributos .....	105
2.2.1 A ideia de estado fiscal.....	107
2.2.2 Os custos dos direitos .....	113
2.2.3 O dever fundamental de pagar tributos.....	119
2.3 O papel da tributação na redução da desigualdade: a função dos tributos na distribuição de rendas .....	132

2.3.1 O problema da desigualdade de renda e riqueza.....	132
2.3.2 Desigualdade de renda e riqueza e os direitos humanos .....	143
2.3.3 A função distributiva de rendas da tributação com vistas à redução das desigualdades socioeconômicas .....	155

### **3 A Responsabilidade Internacional de Estados e Empresas pelas Violações aos Direitos Humanos Decorrentes de Políticas Tributárias e Condutas Tributárias Abusivas ..... 175**

3.1 O impacto negativo das políticas tributárias dos estados sobre os direitos humanos .....	175
3.1.1 O problema dos paraísos fiscais.....	187
3.2 O impacto negativo das práticas tributárias abusivas das empresas sobre os direitos humanos .....	194
3.2.1 As práticas tributárias abusivas.....	194
3.2.2 Práticas tributárias abusivas das empresas e os direitos humanos.....	210
3.3 Os deveres dos estados em matéria de política tributária no que concerne aos direitos humanos.....	219
3.3.1 O dever dos estados de formatar suas políticas tributárias de modo a mobilizar os recursos disponíveis para a implementação dos direitos humanos.....	220
3.3.2 O dever dos estados de formatar as suas políticas tributárias de modo a reduzir as desigualdades econômicas extremas .....	240
3.3.3 O dever dos estados, no que concerne ao impacto extraterritorial de suas políticas tributárias, de não viabilizar abusos tributários ou de não dificultar o combate das práticas tributárias abusivas por outros países.....	249

3.3.4 As políticas tributárias devem ser consideradas como parte das políticas relativas aos direitos humanos .....	258
---	-----

3.4 O dever das empresas de não se engajarem em condutas tributárias abusivas como requisito inerente à responsabilidade de respeitar direitos humanos .....	260
--	-----

**4 A Utilização do Sistema e Normas Internacionais de Direitos Humanos como Reforço para o Combate das Políticas Tributárias dos Estados Violadoras de Direitos Humanos e das Práticas Tributárias Abusivas das Empresas.....269**

4.1 O combate às práticas tributárias abusivas nos planos interno e internacional .....	269
---	-----

4.1.1 Principais instrumentos de combate às práticas tributárias abusivas no plano interno: normas antielisivas ou antiabuso e normas antissigilo bancário .....	272
--	-----

4.1.1.1 Normas antielisivas ou antiabuso.....	272
---	-----

4.1.1.2 Normas antissigilo bancário .....	278
---	-----

4.1.2 O combate às práticas fiscais abusivas no plano internacional: o sistema global de troca de informações entre os países e a declaração país-a-país – transparência e cooperação fiscal internacional .....	281
--	-----

4.1.3 As dificuldades decorrentes da economia digital e a insuficiência dos instrumentos atualmente existentes para o combate eficaz às práticas tributárias abusivas.....	287
--	-----

4.2 A importância da associação das políticas tributárias dos estados e das condutas tributárias das empresas aos direitos humanos.....	294
---	-----

4.3 A inserção de indicadores voltados aos direitos humanos nas iniciativas de combate à elisão fiscal ilícita e à evasão fiscal.....	298
---	-----

4.4 A responsabilidade social corporativa em matéria de tributação e o risco reputacional das empresas .....	302
4.5 O escrutínio das políticas tributárias dos estados junto a organismos internacionais de direitos humanos: incentivo para o ajustamento das políticas fiscais que impactam direitos fundamentais no plano interno e no plano extraterritorial.....	319
4.5.1 Sistema global: Organização das Nações Unidas.....	319
4.5.1.1 Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – CESCR.....	323
4.5.1.2 Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW .....	333
4.5.1.3 Comitê para os Direitos da Criança – Comitê CRC .....	338
4.5.1.4 Relatorias Especiais de Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos.....	340
4.5.2 Sistemas regionais .....	346
4.5.2.1 Sistema europeu .....	346
4.5.2.2 Sistema interamericano .....	351
4.5.2.3 Sistema africano.....	357
4.5.3 Alguns comentários acerca das críticas formuladas aos sistemas internacionais de monitoramento de direitos humanos.....	359
4.5.4 Possíveis reflexos no Brasil do escrutínio internacional das políticas tributárias dos estados à luz das obrigações relativas aos direitos humanos.....	363
<b>Conclusão .....</b>	<b>385</b>
<b>Referências.....</b>	<b>401</b>